



ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID-19
PREFEITURA MUNICIPAL PRACINHA

Processo : TC-14760.989.20-2

Entidade : Prefeitura Municipal de Pracinha

Assunto : Acompanhamento Especial – **COVID-19**
Processo de Contas Anuais - TC-002958.989.20-4

**Período
examinado** : até 31.05.2020

Responsável : Maurilei Aparecido Dias da Silva

CPF nº : 254.058.838-75

Relatoria : Conselheiro Dr. Dimas Ramalho

Instrução : UR-18/DSF – I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios/específicos, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, que foram efetivados remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, considerando as seguintes fontes:

1. Normas expedidas no âmbito federal, estadual e municipal regulamentando as ações de combate à pandemia citada;

2. Comunicados, Notas Técnicas e demais orientações exaradas por esta e. Corte de Contas;
3. Análise de dados carregados nos sistemas disponíveis à fiscalização, tais como Sigeo, Sistema Audesp, entre outros;
4. Pesquisas aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados e outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório visa apresentar as análises efetuadas pela Fiscalização, considerando a relevância do tema, sob a ótica dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística referente ao mês ora relatado:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a COVID-19	07
Número de casos em análise da COVID-19	03
Número de casos descartados da COVID-19	01
Número de casos confirmados da COVID-19	03
Número de casos recuperados da COVID-19	03
Número de óbitos confirmados de COVID-19	00
Número de óbitos suspeitos de COVID-19	00
Número de óbitos descartados de COVID-19	00
Número de leitos na enfermaria existentes	00
Número de leitos na enfermaria ocupados	00
Número de leitos na UTI existentes	00
Número de leitos na UTI ocupados	00

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, a origem informou o seguinte (doc. 03):



- a. Houve edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência, tendo sido reconhecido pela Assembleia Legislativa;
- b. Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à COVID-19;
- c. Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise;
- d. A Administração realiza divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à COVID-19, por meio de rádio, site e panfletos;
- e. Não foi elaborado plano municipal de enfrentamento à COVID-19;
- f. Existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à COVID-19
- g. O Município está divulgando todos os atos, as receitas e as despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, em conformidade parcial com o Comunicado SDG nº 18/2020, conforme referido nos itens B.1, B.2 deste relatório.

B. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1. DAS RECEITAS

Consoante informado pela origem, houve recebimento de receitas estaduais e/ou federais destinadas ao enfrentamento da pandemia, cuja verificação realizada pela Fiscalização no período, sob amostragem, constatou o seguinte:

a. Falha no registro contábil da receita (Comunicado Audesp 28/2020) :

-De acordo com o quesito nº 8.1 e 8.2 respondidos pela Origem, o total recebido de receitas federais foi de R\$78.468,98 e de receitas estaduais foi de R\$25.526,98. Conforme cópia das receitas divulgadas no site da transparência municipal (Doc. 1) consta somente os repasses federais. Esse fato demonstra que nem todas as receitas estão sendo inseridas no site da transparência municipal em tempo real.



-Não é possível verificar com base no site da transparência municipal se nas receitas relacionadas ao COVID-19 está sendo utilizado o código 312, pois que este não consta da publicação.

B.2. DAS DESPESAS

Conforme informado pela origem, houve despesas destinadas ao enfrentamento da pandemia, cuja verificação realizada pela Fiscalização no período, sob amostragem, constatou o seguinte:

a. Falha no registro contábil da despesa: (Comunicado Audesp 28/2020):

-Conforme informação prestada pela Origem no quesito nº 9.1 foram empenhadas despesas relacionadas à COVID-19 no valor total de R\$39.471,23 (Doc. 3). Entretanto, conforme cópia das despesas extraída do site da transparência municipal, consta despesas no valor total de R\$31.276,43 (Doc. 2). Essa diferença de valores evidencia que nem todas as despesas relacionadas à Pandemia constam do site da transparência.

B.3. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

A origem informou e a Fiscalização constatou o seguinte (doc. 03):

- a. Não houve a elaboração de plano de contingência orçamentária;
- b. A Prefeitura não realizou medidas de contingenciamento; porém, não foi constatada até o momento, queda significativa de arrecadação;
- c. A Câmara não adotou medida para auxiliar a Prefeitura no combate à pandemia, não obstante, não foi solicitado por esta qualquer medida a respeito;
- d. Não houve renúncia de receita até momento;
- e. Houve abertura de créditos extraordinários, cuja análise revelou o seguinte:
 - i. Embora tenha havido a abertura de créditos extraordinários ainda não houve a cientificação ao Poder Legislativo, o



que, segundo a Origem será providenciado posteriormente.
Tal crédito ainda não foi utilizado.

- f. Das reservas de contingência previstas no orçamento, não houve utilização para despesas de combate à pandemia até o momento;
- g. Não houve requisição de bens ou serviços de particular destinada ao enfrentamento da COVID-19.

C. DAS FUNÇÕES DE GOVERNO

C.1. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 03, informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social vem tomando medidas de enfrentamento aos efeitos da COVID-19 sobre a população, sendo as mais relevantes:

- i. Flexibilização das atividades presenciais dos usuários na Secretaria de Assistência Social, Cras e Centro de Atendimento à Criança e Adolescente e priorização dos atendimentos de casos graves ou urgentes.
- ii. Suspensão das atividades coletivas e presenciais com a realização de atendimentos por telefone e internet.
- iii. Disponibilização de equipamentos de proteção individual e materiais de higiene para os funcionários e pessoas atendidas na secretaria quando há necessidade de atendimento individual priorizado.
- iv. Doações de máscaras à população e Cestas básicas para as famílias vulneráveis.

C.2. DA EDUCAÇÃO

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 03, informou que a Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Consequentemente, vem tomando as seguintes medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem:



- i. Aulas remotas em que os professores ministram os conteúdos diários através de vídeos, áudios, orientações individuais e coletivas, utilização também do whatsapp.
- ii. Concessão de apostilas aos alunos para desenvolverem atividades em casa com o apoio da família e respectiva orientação dos professores.
- iii. Envio de livros didáticos (PNLD), literários e ler e escrever e EMAI para alunos com dificuldade de aprendizagem.
- iv. Planejamento de atividades lúdicas de acordo com o nível de aprendizagem.
- v. Envio de cartilhas ilustrativas sobre o coronavírus.

C.3. DA SAÚDE

No contexto da pandemia, a origem, consoante doc. 03, informou que a Secretaria Municipal de Saúde vem tomando medidas de enfrentamento aos efeitos da COVID-19 sobre a saúde da população, sendo as mais relevantes:

- i. Realização de triagem para posteriormente encaminhar o paciente para a consulta ou orientação, com o intuito de evitar aglomerações desnecessárias.
- ii. Disponibilização de máscaras aos pacientes que não a possuem.
- iii. Distribuição de máscaras para todos os munícipes.
- iv. Atendimento de pacientes com síndrome gripal em sala apropriada para esse fim.

Por fim, de bom alvitre consignar que o Município **não** é referência no atendimento a pacientes da COVID-19.

D. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

D.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS



Como demonstrado nos itens B.2, B.3 deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles verificados pela Fiscalização.

D.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - ASPECTOS GERAIS

Quanto aos aspectos gerais da transparência pública, ao final do período constatamos as seguintes falhas:

- a. As informações constantes do Portal não são atualizadas em tempo real (dia útil imediatamente anterior), conforme relatado nos itens B.1 e B.2;
- b. Não há informações completas sobre a receita, visto inexistir divulgação em tempo real (dia útil imediatamente anterior) e não ser possível constatar a utilização do código 312 por não constar da informação postada no site da transparência municipal, conforme já relatado nos itens B.1 e B.2.

D.3. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causado pela COVID-19.

Ao final do período, foram constatadas as seguintes falhas:

- a. As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de COVID-19 não estão detalhadas com os seguintes elementos:
 - i. Destinação dos bens adquiridos ou de prestação dos serviços. Cópias demonstrativas juntadas no Doc. 4.

Ressaltamos, ainda, com base nas informações acima, que foi dado cumprimento parcial à determinação da E. Presidência, exarada no Comunicado GP nº 13/2020, sendo que Origem está providenciando as correções pendentes após apontamento da Fiscalização.



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

ITEM A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

- Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise.
- Não foi elaborado plano municipal de enfrentamento à COVID-19.

ITEM B.1. DAS RECEITAS

-Falha no registro contábil da receita (Comunicado Audeesp 28/2020). De acordo com o quesito nº 8.1 e 8.2 respondidos pela Origem, o total recebido de receitas federais foi de R\$78.468,98 e de receitas estaduais foi de R\$25.526,98. Conforme cópia das receitas divulgadas no site da transparência municipal consta somente os repasses federais. Esse fato demonstra que nem todas as receitas estão sendo inseridas no site da transparência municipal em tempo real.

-Não é possível verificar com base nas informações postadas no site da transparência municipal se nas receitas relacionadas ao COVID-19 está sendo utilizado o código 312, pois que este não consta da publicação.

ITEM B.2. DAS DESPESAS

-Falha no registro contábil da despesa: (Comunicado Audeesp 28/2020). Conforme informação prestada pela Origem no quesito nº 9.1 foram empenhadas despesas relacionadas à COVID-19 no valor total de R\$39.471,23. Entretanto, conforme cópia das despesas extraída do site da transparência municipal, consta somente despesas no valor total de R\$31.276,43. Essa diferença de valores evidencia que nem todas as despesas constam do site da transparência.

ITEM D.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS



-Foram constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles verificados pela Fiscalização.

ITEM D.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA - ASPECTOS GERAIS

-As informações constantes do Portal não são atualizadas em tempo real (dia útil imediatamente anterior).

-Não há informações completas sobre a receita, visto inexistir divulgação em tempo real (dia útil imediatamente anterior) e não ser possível constatar a utilização do código 312 por não constar da informação postada no site da transparência municipal.

ITEM D.3. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

-As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de COVID-19 não contém a destinação dos bens adquiridos ou de prestação dos serviços.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-18.2, 05 de junho de 2020.

Eurico Marcos Pereira de Souza
Agente da Fiscalização